

[CONTRIBUIÇÕES DO D³e PARA A CONAE 2024]

Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e) - Somos uma associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo de aprimorar o debate educacional brasileiro a partir de evidências e qualificar o uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas educacionais efetivas, que promovam uma educação de qualidade para todos os brasileiros.

Introdução

De 28 a 30 de janeiro de 2024 será realizada, em Brasília, a Conferência Nacional de Educação (Conae). Convocada em caráter extraordinário pela Presidência da República e promovida pelo Ministério da Educação (MEC), terá como tema “Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”.

Com a participação efetiva dos segmentos educacionais e setores da sociedade, a expectativa é de que sejam feitas proposições de diretrizes, objetivos, metas e estratégias para qualificar a melhoria da qualidade da educação no Brasil durante a próxima década. Isso será articulado com os planos decenais de educação nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, fortalecendo a gestão democrática, a colaboração e a cooperação federativa.

O evento será desdobrado em sete eixos, que a partir de um [documento referência](#)¹ abrirão as formulações de problemas, causas, objetivos, diretrizes, metas e estratégias para construção do PNE 2024-2034, a serem **consolidadas no documento final sob a responsabilidade do Fórum Nacional de Educação (FNE)** - que também coordenou e articulou as conferências estaduais, distritais e municipais que precederam a Conae.

Esta edição da Conae representa o resgate da centralidade do diálogo do MEC com os diversos movimentos e organismos sociais. Preparamos este documento que organiza materiais produzidos pelo D³e, com evidências robustas, sistematizadas a partir de pesquisas, trabalhos científicos e acadêmicos da mais alta qualidade, apresentadas nos formatos de Relatórios de Política Educacional (RPE), Sínteses de Evidências (SE) e Notas Técnicas (NT). Todos os nossos materiais apresentam linguagem acessível e recomendações que podem apoiar o aprimoramento das políticas educacionais brasileiras relativas a temas abordados na Conae.

Para acessar os materiais originais completos e conhecer com mais detalhes as evidências sistematizadas aqui basta abrir os links disponíveis ao longo deste documento. Ficamos à disposição para dialogar e aprofundar aspectos que possam vir a interessar aos leitores.

¹ disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf>, acessdo em 23/01/2024

EIXO I - O PNE COMO ARTICULADOR DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SNE), SUA VINCULAÇÃO AOS PLANOS DECENAIS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, EM PROL DAS AÇÕES INTEGRADAS E INTERSETORIAIS, EM REGIME DE COLABORAÇÃO INTERFEDERATIVA.

Proposição 1: instituir o Sistema Nacional de Educação, em lei complementar no prazo de um ano, para efetivar a cooperação federativa em educação e as diretrizes, metas e estratégias do plano nacional de educação

Proposição 3: instituir e materializar, no SNE, diretrizes e políticas nacionais, visando à garantia do direito à educação, com promoção de políticas de equidade guiadas pelos princípios de respeito aos direitos humanos e à diversidade com vistas à garantia do direito à educação de todas as pessoas

Estratégias 184.1.1 , 186.1.6 , 187.1.7

Contribuição D³e: Planejamento, monitoramento e avaliação do Sistema Educacional

- A [Nota Técnica 'Planejamento de sistema educacional a longo prazo: experiências internacionais e diálogos com o Brasil'](#) sistematiza o [conteúdo do Webinário](#) com a participação de pesquisadores que apresentaram **como é feito o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos sistemas educacionais em Moçambique, México, Argentina, Uruguai e Portugal**. O estudo, disponível em 27 de janeiro em nosso site, apresenta os seguintes destaques:
 - O PNE será mais efetivo se for um **plano de estado**, perene ao longo do tempo, e não de governo, suscetível aos ciclos eleitorais, estabelecendo estratégias que orientem a estruturação do Sistema Nacional de Educação, assim como demais políticas públicas de educação.
 - Desenvolver e aplicar um sistema de **coleta e monitoramento de dados**. Maior investimento nas dinâmicas de diagnóstico e sistemas de coleta de dados é algo crucial para todos os países participantes do webinário.
 - **Equidade** deve ser um ponto fundamental e, no caso brasileiro, precisa de mais ações concretas de enfrentamento às desigualdades.

EIXO II - A GARANTIA DO DIREITO DE TODAS AS PESSOAS À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE SOCIAL, COM ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO, EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES, NOS DIFERENTES CONTEXTOS E TERRITÓRIOS.

Proposição 2: universalização do Ensino Fundamental de nove anos, com garantia de permanência e padrão de qualidade, até o 2º ano de vigência da lei, para toda a população de 6 a 14 anos e garantia de que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste pne.

Estratégia 500.2.1

Contribuição D³e: Aumento da conclusão do Ensino Fundamental

- Síntese de Evidências Permanência de estudantes no ensino fundamental – Evidências para a orientação de políticas de promoção de equidade
 - As evidências apontam que há duas vertentes associadas ao tema das estratégias de busca pela permanência escolar de nossos estudantes: uma mais sistêmica e abrangente, ligada ao desenvolvimento e/ou reformulação de políticas públicas no âmbito da **gestão dos sistemas educacionais**, e outra relacionada a **práticas das equipes das escolas**, como ações internas de acolhimento de articulação com as famílias e com a rede de proteção.
 - As recomendações sugeridas pelos pesquisadores são proposições que podem ser inseridas no **programa Brasil na Escola**, que tem como objetivo inovar estratégias de permanência e aprendizagem de estudantes dos anos finais do ensino fundamental, visando a execução das metas 2 e 7 do PNE 2014-2024, com apoio técnico e financeiro para as escolas, valorização de boas práticas e inovação.

Proposição 3: universalização, até o 2º ano de vigência da lei, com garantia de permanência e padrão de qualidade, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevação, e, até o final do período da vigência deste pne, da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Estratégias 513.3.1 e 518.3.6

Contribuição D³e: Aumento das matrículas no Ensino Médio

- [Síntese de Evidências Incentivos financeiros a estudantes do ensino médio: o que sabemos sobre essa política?](#)
 - A efetividade das políticas de incentivos financeiros pode apresentar impactos positivos para aumento da permanência dos estudantes no Ensino Médio, conclusão da etapa e entrada no ensino superior. As evidências mostram que em países desenvolvidos há efeitos benéficos em importantes dimensões educacionais, enquanto em países em desenvolvimento os resultados são ambíguos e dependem das especificidades dos programas.
 - As **principais recomendações** estabelecidas para aumentar a chance de efetividade das políticas de incentivos financeiros na conclusão do Ensino Médio, são: **ser complementar a outras ações** que buscam a promoção da melhoria da escolaridade - fluxo, abandono, conclusão e acesso ao ensino superior; **apresentar metas claras** sobre quais indicadores pretende impactar e definir o público elegível; **ter um desenho adequado ao contexto brasileiro**, combinando recompensas de curto prazo (anual) e longo prazo (após a conclusão do Ensino Médio); apresentar um **sistema de avaliação rigoroso** sobre a implementação e os resultados alcançados; e considerar o contexto educacional, social e econômico para analisar o custo-benefício e viabilidade financeira da política.
- [Relatório de Política Educacional Implementação de reformas do Ensino Médio: Experiências internacionais e aprendizados para o Brasil](#)
 - O relatório apresenta uma análise da implementação das reformas no Chile, Portugal e na Província de Ontário (Canadá), traçando recomendações para a implementação de reformas no ensino médio que devem ser levadas em consideração no momento do desenho da mesma.
 - As **principais recomendações** são: colocar o estudante no centro do processo educativo; implementar a reforma de forma gradual e adaptativa; sensibilizar, valorizar e formar profissionais continuamente; disseminar soluções locais e trocas entre redes e escolas; investir em logística, infraestrutura e recursos humanos; cuidar da inclusão e da equidade.

Estratégia 520.3.8

Contribuição D³e: Diversidade e relações étnico-raciais

- [Nota Técnica Ensino médio e relações étnico-raciais](#)
 - Para romper com as dinâmicas excludentes na educação, o documento enfatiza que é preciso oferecer uma formação básica que incorpore a **ampliação da noção de humanidade** restringida pelo colonialismo, racismo e conhecimento hierárquico que eles geraram. O material apresenta ainda algumas recomendações para gestores públicos, como a necessidade de se **investir em infraestrutura** física e tecnológica, **formação de professores**, **revisão curricular** e políticas de garantia de **permanência** e do aprendizado.
 - O documento adiciona mais uma camada de complexidade acerca do debate sobre o ensino médio brasileiro. O intuito é contribuir para uma compreensão mais ampla sobre a questão apresentando uma perspectiva histórica e social solidamente fundamentada.
- [Nota Científica Mapeamento de estudos nacionais sobre desigualdades educacionais](#)
 - A melhoria na qualidade da educação pública passa necessariamente pela promoção da equidade, ou seja, a educação de todos os estudantes deve ser considerada como de igual importância. E isso **exige ações e políticas que removam os obstáculos** para que cada um alcance o seu potencial educacional.
 - Ao mapear e analisar os principais estudos brasileiros sobre desigualdades educacionais, esta Nota Científica permitiu identificar quais são as áreas menos compreendidas e que necessitam de maior desenvolvimento de pesquisa para melhor orientar pesquisadores e gestores de redes e escolas na identificação e implementação de soluções para assegurar mais qualidade e equidade na educação pública brasileira.

Proposição 7: garantia de educação em tempo integral, com mínimo de 7 horas diárias, com garantia de permanência e padrão de qualidade em, no mínimo, 50% das escolas públicas federais, estaduais, distritais e municipais, a fim de atender, pelo menos, 50% dos(as) estudantes da educação básica, até o final de vigência do plano.

Contribuição D³e - Educação Integral em Tempo Integral

- [Relatório de Política Educacional Escola de Tempo Integral](#)
 - Analisa alguns programas de educação em tempo integral para identificar suas características, o que deu certo e o que não deu certo: Programa “Educação Integral” de Pernambuco; Turno Único no Rio de Janeiro; ETI São Paulo; Mais Educação; ETI Chile e ETI Uruguai.
 - A partir dessa análise, aponta como características dos programas de sucesso a elaboração de reformas curriculares, modificando os componentes do currículo; **adaptação do currículo para as necessidades locais da escola**; dedicação integral dos professores; formação adequada da equipe; motivação dos alunos; atenção ao número de alunos por turma.

Proposição 8: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e permanência do estudante (com alimentação, hospedagem e transporte) e 100% da expansão no segmento público, até o final de vigência do plano.

Estratégia 561.8.1

Contribuição D³e: Ensino Profissional e Tecnológica (EPT)

- [Nota Técnica Educação profissional no Brasil contemporâneo: ampliação do acesso e valorização](#)
 - Há questões ainda indefinidas relacionadas à carga horária da modalidade, por conta da reformulação do novo ensino médio. Evidências mostram que a modalidade EPT promove a empregabilidade e que os estudantes egressos têm maiores chances de alcançarem o ensino superior, porém, o acesso a ela ainda é restrito e não há docentes qualificados para atender à crescente demanda.
 - É fundamental estabelecer ações de priorização de estratégias para promoção do acesso à EPT e estimular o investimento na capacitação de professores.

Proposição 9: regulamentar e estabelecer parâmetros, diretrizes e padrão de qualidade nacional para a EAD como modalidade educativa, garantindo efetiva articulação, cooperação e integração entre os sistemas de ensino no SNE e assegurando educação crítica das mídias com o uso de recursos educacionais abertos, até o 1º ano de vigência do plano

Estratégias 567.9.2 , 568.9.3 e 570.9.5

Contribuição D³e: Uso de tecnologias e regulamentação do Ensino à Distância (EaD)

- [Relatório de Política Educacional Tecnologias para uma Educação com Equidade: Novo Horizonte para o Brasil](#)
 - O relatório analisa quatro fatores para a implementação de uma política educacional de tecnologias: (i) recursos e infraestrutura; (ii) pessoas: profissionais e formação; (iii) segurança de dados; (iv) estratégia nacional.
 - A partir dessa análise são propostas como recomendações a **garantia de insumos tecnológicos pelo Estado**, como acesso à internet, computadores e laboratórios, enquanto recursos básicos para a prática pedagógica na atualidade.
 - O Brasil tem algumas iniciativas nacionais e locais de tecnologia na educação, como o Programa de Inovação Educação Conectada (Piec), lançado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2017. Com base na análise comparativa internacional e nas boas práticas brasileiras em estratégias de desenvolvimento tecnológico, o Relatório mostra a importância de se **estabelecer um plano nacional robusto e participativo** na área.
- [Relatório de Política Educacional Aprendizagem Híbrida?: Orientações para regulamentação e adoção com qualidade, equidade e inclusão](#)
 - No contexto da pandemia, com a implementação emergencial da aprendizagem híbrida, o relatório busca levantar evidências sobre os usos dessa estratégia, no Brasil e em outros países, traçando recomendações em seis campos: contextos e condições para uso; infraestrutura e recursos; proteção de dados e privacidade; formação docente; e integração com políticas nacionais.
 - A partir dessa análise, foi montado um quadro com recomendações para o uso da aprendizagem híbrida divididas em três situações: (i) **uso emergencial**, quando não for possível ir à escola presencialmente; (ii) **recomposição da aprendizagem**, utilizada após emergências ou em outras situações de necessidade de recomposição de aprendizagens; e (iii) **ampliação da oferta pedagógica**, utilizada em momentos de estabilidade sempre que possível.

EIXO III - EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, INCLUSÃO E DIVERSIDADE: EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL NA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA TODOS E COMBATE ÀS DIFERENTES E NOVAS FORMAS DE DESIGUALDADE, DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA.

PROPOSIÇÃO 2: instituir e materializar, progressivamente, políticas estaduais, distrital e municipais, visando à garantia do direito à educação, com promoção de políticas de equidade guiada pelos princípios de respeito aos direitos humanos e à diversidade com vistas à garantia do direito à educação de todas as pessoas.

Estratégias 706.2.11 e 709.2.14

Contribuição D³e: Reforma do Ensino Médio e relações étnico-raciais

- [Nota Técnica Ensino médio e relações étnico-raciais](#)
 - O levantamento e análise de um conjunto de leis revelam como o Brasil foi pensado enquanto nação à semelhança das nações europeias e como as políticas públicas desenvolvidas visavam ao embranquecimento da população e a manutenção de uma hierarquia baseada na cor das pessoas.
 - Para romper com as dinâmicas excludentes na educação, o documento enfatiza que é preciso oferecer uma **formação básica** que incorpore a ampliação da noção de humanidade restringida pelo colonialismo, racismo e conhecimento hierárquico que eles geraram. O material apresenta ainda algumas recomendações para gestores públicos, como a necessidade de se investir em infraestrutura física e tecnológica, formação de professores, revisão curricular e políticas de garantia de permanência e do aprendizado.

Estratégias 714.2.19 , 716.2.21 , 717.2.22 e 725.2.30

Contribuição D³e: Preservação do direito à educação frente à violência

- [Relatório de Política Educacional Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos](#)
 - O ano de 2023 foi marcado por inúmeros ataques de violência extrema em escolas de todo o Brasil. O estudo traça um panorama desses atos,

explora os fatores envolvidos que contribuem para a ocorrência desse fenômeno e traça algumas recomendações para políticas públicas.

- Entre as recomendações estão o **controle rigoroso de armas de fogo** e munições; a aprovação de projetos de lei que visam uma maior **regulação e a responsabilização das plataformas digitais**; a implementação de **sistema de registro de ataques** ocorridos e dos casos desbaratados pela polícia possibilitando estudos; a **ampliação de espaços de lazer** e socialização e oferecimento de atividades artísticas, culturais e esportivas
- Destaca-se também a **necessidade de investimento na Rede de Atendimento Psicossocial** e na atuação conjunta e articulada da Rede de Proteção; e a **promoção da convivência democrática e cidadã** como Política Pública integrada às demais políticas educacionais e sociais.
- [Nota Técnica O impacto da violência armada no direito à educação](#)
 - Fenômeno que ocorre em todo o Brasil, o estudo demonstra o impacto da violência sistêmica e armada que opera de fora para dentro das escolas, ou seja, em operações policiais no meio do dia, tiroteios entre os grupos armados e a polícia, abordagens policiais e outras ações, que **interrompem a eficácia e a efetividade da política educacional**.
 - O grupo mais impactado pela violência e prejudicado no direito à educação é o de **pessoas negras e periféricas**, fato que aprofunda as desigualdades sociais.
 - A **violência armada interdita direitos fundamentais para a vida social** e não pode ser um obstáculo para a promoção da educação básica, pública e gratuita. A escola precisa ser um ambiente seguro e de construção de vínculos e um espaço central para o desenvolvimento e a consolidação da cidadania.
 - O estudo acena para a **necessidade do envolvimento dos órgãos de Justiça, do Ministério Público estadual e federal** para garantir a efetividade e eficácia do direito à educação e a segurança pública, e para a criação de um observatório da educação e da violência com sistematização de dados para orientar políticas públicas.

EIXO IV - GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: REGULAMENTAÇÃO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO, ÓRGÃOS E MECANISMOS DE CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROCESSOS E ESPAÇOS DE DECISÃO.

Proposição 1: aprovar em leis específicas a gestão democrática da educação pública, no âmbito dos estados, distrito federal e municípios, no prazo de 2 anos da vigência do PNE, visando a assegurar a participação social, em especial na eleição direta de dirigentes educacionais e na composição de espaços coletivos e órgãos de deliberação e tomada de decisão.

Estratégias 831.1.1 , 833.1.3 , 835.1.5 , 839.1.9

Contribuição D³e: Formação e seleção de diretores

- [Relatório de Política Educacional Seleção e formação de diretores: mapeamento de práticas em estados e capitais brasileiros](#)
 - A enorme variedade e heterogeneidade de práticas nos processos de seleção e formação de diretores promovem diferenças importantes nas práticas de gestão democrática nas escolas. Além de mapear como está a realidade das redes estaduais e das capitais brasileiras, este relatório sinaliza para a importância de se avançar na definição das responsabilidades no regime de colaboração da União, dos estados e dos municípios no que se refere à gestão escolar, no âmbito do Sistema Nacional de Educação.
 - Também recomenda a criação de um marco nacional para a gestão escolar, estabelecendo fluxo constante de colaboração entre a União, os estados e os municípios, além de trocas entre as redes de secretários.
 - Para a seleção dos diretores é recomendado adotar critérios técnicos combinados a processos democráticos, com a realização de processos seletivos mistos, que combinam mais de uma etapa de seleção.
 - Garantir oportunidades de formação e desenvolvimento aos professores que desejam se tornar diretores ou àqueles que já estão atuando na gestão.

EIXO V - VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: GARANTIA DO DIREITO À FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE QUALIDADE, AO PISO SALARIAL E CARREIRA, E ÀS CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO E SAÚDE.

Proposição 1: instituir uma política de valorização dos(as) profissionais/trabalhadores(as) da educação básica e superior pública, assegurando formação, ingresso por concurso público, planos de carreira, com financiamento específico e estável, e em regime de colaboração entre a união, estados, distrito federal e municípios, no prazo de 3 anos de vigência deste PNE.

Estratégias 914.1.2 , 916.1.4 e 917.1.5

Proposição 3: garantir as condições adequadas para o exercício da profissão e para a promoção da saúde aos profissionais da educação.

Estratégia 957.3.3

Contribuição D³e: Volume de trabalho docente

- [Relatório de Política Educacional Volume de trabalho dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental: uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França e Japão](#)
 - O relatório analisa as formas de contratação e a definição das atribuições dos docentes nos Estados Unidos, França e Japão, e como esses fatores afetam o volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental, comparando-os à realidade brasileira - que apresenta um volume significativamente maior do que nos outros países analisados.
 - A partir dessa análise, o estudo recomenda, para reduzir o volume de trabalho dos professores nos anos finais do ensino fundamental no Brasil: reservar um tempo adequado na jornada de trabalho docente para atividades pedagógicas fora da sala de aula; oferecer condições para que esse tempo seja gasto na escola; garantir que o docente trabalhe em uma única escola; contratar professores com a exigência de dedicação exclusiva; oferecer uma jornada de trabalho integral com uma remuneração que se aproxime da média local para ocupações com o mesmo nível de formação.
- [Relatório de Política Educacional Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental: estudos de caso em redes estaduais e municipais brasileiras](#)
 - O excesso de volume de trabalho dos professores **pode levar ao adoecimento dos docentes**, absenteísmo e necessidade de substituição dos profissionais, além de impactar negativamente na aprendizagem dos

estudantes. O presente relatório faz dez estudos de caso em redes estaduais e municipais brasileiras para identificar quais os fatores que explicam o número total de alunos por professor nas redes.

- No Brasil, a média de alunos por professor pode variar de 11 a 525. A partir dos estudos de caso, o relatório propõe recomendações para que os professores atuem com cerca de 210 alunos (7 turmas de 30). São elas: adotar jornada de trabalho integral como padrão; limitar carga horária na rede a 40 horas semanais; reservar um terço da jornada para trabalho extraclasse; pagar remuneração atrativa; concentrar a atuação em apenas uma escola; reorganizar as matrizes curriculares; garantir turmas com no máximo 30 alunos nos anos finais do fundamental.

Contribuição D³e: Políticas de bonificação de professores

- [Síntese de Evidências Bônus para professores: O que aprendemos sobre políticas de bonificação de professores nos últimos anos?](#)
 - O estudo faz um levantamento da literatura sobre políticas de bonificação de professores em países desenvolvidos, países em desenvolvimento, América Latina e Brasil.
 - A partir das evidências encontradas, a conclusão do estudo é que os resultados dessa política são incertos, e que os desenhos das políticas de bonificação podem levar a resultados muito distintos. Dessa forma, o estudo traça algumas recomendações para aumentar a chance de efetividade das políticas de bonificação no Brasil: estruturação de um sistema de bonificação com base nos resultados individuais do professor; comunicação clara e regras estáveis; calibrar a generosidade do sistema; calibrar os valores da bonificação; uso de mais medidas de resultado além dos resultados de linguagem e matemática em um instante do tempo, e cuidado com programas em larga escala e com o médio/longo prazo.

Proposição 2: instituir, progressivamente, política nacional de formação de profissionais da educação básica, assegurando formação adequada aos profissionais do magistério e formação para os funcionários da educação, garantindo formação continuada.

Estratégias 927.2.1 e 930.2.4

Contribuição D³e: Políticas de formação para diretores escolares

- [Desenvolvimento profissional de diretores escolares: Análise das Experiências da África do Sul e do Canadá \(Ontário\)](#)
 - O relatório analisa as políticas de formação de diretores escolares na África do Sul e província de Ontário (Canadá) a partir de três frentes: formação inicial / pré-serviço; indução; formação continuada/ em serviço.
 - A partir dessa análise, o relatório traça como recomendações para políticas de formação de diretores escolares no Brasil: implantar uma política de desenvolvimento contínua, com formação inicial, indução e continuada; exigir pós-graduação para ocupar o cargo; definir uma matriz de competências do diretor escolar; definir o responsável pelo desenho do currículo das formações; realizar formações que unam teoria e prática; ter a equidade como pilar; estabelecer recursos e investimentos necessários; definir a responsabilidade pela oferta das formações; avaliar os programas de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente momento, o D³e apresenta materiais que possam contribuir significativamente com os Eixos VI - Financiamento público da educação pública, com controle social e garantia das condições adequadas para a qualidade social da educação, visando à democratização do acesso e da permanência e VII - Educação comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza.

Por outro lado, apesar da Covid-19 ser mencionada na introdução do documento e em alguns trechos de contextualização, não foi identificado no documento de referência para a Conae nenhuma proposição nem estratégia específica para minimizar os **impactos da pandemia no sistema educacional brasileiro**.

A literatura internacional e nacional apontam para **consequências duradouras e heterogêneas** que precisam ser intencional e explicitamente endereçadas pelas redes. Tendo em vista o enorme impacto gerado pela pandemia do COVID-19 em todo o sistema educacional, a [NOTA TÉCNICA: Impactos da pandemia na educação brasileira](#) sintetiza pesquisas recentes a respeito das estimativas de perdas de aprendizado, no mundo e no Brasil, assim como descreve algumas ações promissoras no sentido de apoiar a recomposição das aprendizagens.

Principais evidências disponíveis

A. Houve significativa perda de aprendizado durante a pandemia? Sim.

A interrupção das atividades presenciais nas escolas durante a pandemia impactou negativamente o aprendizado dos estudantes no mundo inteiro e, de forma ainda mais acentuada, em países em desenvolvimento. No Brasil, estudos identificaram perdas médias estimadas entre 4 a 10 meses de aprendizagem, sendo maior em matemática e entre crianças mais novas.

B. As desigualdades de aprendizado existentes antes da pandemia foram acentuadas? Sim.

Os alunos de nível socioeconômico mais baixo apresentaram perdas de aprendizagem mais acentuadas. No Brasil, estudos identificaram que esses estudantes aprenderam a metade do que os seus pares não vulneráveis em 2020.

C. Houve aumento do abandono escolar com a pandemia? Sim.

O abandono escolar aumentou durante a pandemia, em especial entre estudantes em situação de vulnerabilidade social, adolescentes e meninas.

D. Houve impacto no bem-estar e na saúde mental dos estudantes e profissionais da educação? Sim.

A pandemia e o fechamento das escolas foram seguidos por aumento da ansiedade e de depressão entre crianças e adolescentes.

Recomendações

Relatórios realizados fora do Brasil já indicam que é possível recuperar a perda de aprendizado decorrente da pandemia de Covid-19, condicionando a **elaboração de um plano estruturado e intencional de recuperação de aprendizagem, aportes adicionais de recursos e foco na priorização de programas com boas evidências de sua eficácia.**

No entanto, as perdas de aprendizagem, sem políticas de recuperação, não desaparecem automaticamente ao longo do tempo. O MEC precisa assumir um papel de protagonismo na elaboração e na implementação de um plano nacional de recuperação, com aportes adicionais de recursos para guiar e apoiar as ações de gestores públicos estaduais e municipais da área de educação. Diante das evidências apresentadas, recomendamos:

- a. Priorização de estratégias e programas de recuperação de aprendizagem com evidências sobre sua eficácia;
- b. Foco em crianças mais novas, em fase de alfabetização, e mais vulneráveis;
- c. Estruturação de bons programas de busca ativa e de permanência nas escolas;
- d. Elaboração e visibilização de programas de acolhimento e de promoção da saúde mental de alunos e profissionais da educação;
- e. Realização de mais diagnósticos sobre os efeitos da pandemia nas desigualdades de aprendizagem e as taxas de abandono e evasão escolar;
- f. Monitoramento do impacto dos programas que visam mitigar os efeitos da pandemia.

Vale a pena conhecer

Programas de acolhimento e saúde mental: Política Estadual de Atenção, Cuidados e Proteção da Saúde Mental implementado em Goiás, Programa V.I.D.A (Secretaria Municipal de Educação de Londrina), Programa Psicólogos Educacionais (Secretaria Estadual da Educação do Ceará) e o programa Saúde Mental na Escola (Secretaria Estadual da Educação de São Paulo)

Programas para diminuir o abandono e a evasão escolar: Projeto Tô Voltando (Ministério Público de Pernambuco, Prefeitura de Olinda e com as Secretarias da Educação, da Saúde e da Assistência Social), Projeto Monitor Busca Ativa (Secretaria de Educação do Ceará), programa Busca Ativa Escolar (Unicef e Undime); Programas Bolsa do Povo - Ação Estudantes (Rede Estadual de São Paulo), Todo Jovem na Escola (Governo do Estado do Rio Grande do Sul), Poupança Jovem (Rede Estadual de Minas Gerais) e Bolsa de Estudo (Rede Estadual de Goiás).

Experiências de recomposição e diminuição de desigualdades de aprendizagem: expansão do tempo de instrução, tutoria individual ou em pequenos grupos nos formatos presencial, híbrido ou on-line com mais efetividade para os seguintes grupos: (i) Alunos mais novos na pré-escola ou nos anos iniciais do ensino fundamental (quatro a cinco meses adicionais no aprendizado), se comparadas com o impacto nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (dois meses adicionais no aprendizado). (ii) Alunos com baixo desempenho ou com perfil socioeconômico mais baixo. Programa Aprender Juntos (Secretaria Estadual de São Paulo), Projeto Tá On (Secretaria Municipal do Rio de Janeiro).